

Aula 01

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Constitucional - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

07 de Junho de 2025

Índice

1) Roteiro de Revisão - Poder Constituinte	3
2) Questões Estratégicas - Poder Constituinte - Instituto AOCF - Único	12
3) Questionário de Revisão - Poder Constituinte	20
4) Referências Bibliográficas	29



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ficar bem preparado no assunto, você precisa, basicamente, compreender bem os pontos a seguir:

Poder constituinte

- O poder constituinte, como o próprio nome diz, constitui, cria a Constituição. Não se confunde com os poderes constituídos, que são aqueles estabelecidos pela Constituição, resultantes de sua criação.
- A teoria do poder constituinte se aplica aos Estados com Constituição escrita e rígida.
- Para Sieyes, a titularidade do poder constituinte seria da nação, mas o entendimento moderno e atual da teoria é de que sua titularidade é sempre do povo, mesmo nos casos em que o exercício do poder constituinte não seja democrático.

Corroborando com o fato de que a titularidade do poder constituinte é do povo, o parágrafo único do art. 1º da CF/88 expressamente dispõe que "todo o poder emana do povo":

CF/88, art. 1º, parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

- Formas de exercício do Poder Constituinte:
 - a) Democrática (ou por convenção) – quando se dá pelo povo. Pode ocorrer diretamente, quando o povo participa diretamente da elaboração da Constituição (por meio de plebiscito, referendo ou proposta de criação de algum dispositivo constitucional), ou indiretamente, por meio de representantes eleitos pelo povo reunidos em Assembleia Constituinte.
 - b) Autocrática (ou por outorga) – quando se dá pela ação de ditadores ou grupos que conquistam o poder autocraticamente.

Poder constituinte originário

- Características do poder constituinte originário:



Político: é um poder de fato, e não um poder de direito, sendo extrajurídico, anterior ao direito, justamente porque cria o ordenamento jurídico do Estado.

Inicial: dá início a uma nova ordem jurídica, rompendo com a anterior, criando e inaugurando um novo Estado.

Incondicionado: não se sujeita a qualquer forma ou procedimento predeterminado em sua manifestação, sendo soberano na tomada de suas decisões.

Permanente: pode se manifestar a qualquer tempo, não se esgotando com a elaboração da nova Constituição, podendo sempre ser invocado.

Ilimitado: não se submete a limites determinados pelo direito anterior. Em razão disso não há possibilidade de se invocar direito adquirido contra normas constitucionais originárias.

É importante destacar que a proteção ao direito adquirido previsto na CF diz respeito somente às leis, conforme disposto no inciso XXXVI do art. 5º, *in verbis*:

CF/88, art. 5º, XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

Importa mencionar que, além de não se poder invocar direito adquirido em face das normas constitucionais originárias, também não se pode invocar direito adquirido em face de mudança do padrão monetário¹, alterações em determinado regime jurídico estatutário² e criação ou aumento de tributos³.

Autônomo: tem autonomia, liberdade para definir o conteúdo da nova Constituição.

- Classificações do Poder Constituinte Originário:

QUANTO AO MOMENTO DE SUA CRIAÇÃO:

Histórico (fundacional): quando cria a primeira Constituição de um Estado.

Pós-fundacional (revolucionário): quando cria uma nova Constituição em substituição a anterior.

QUANTO À DIMENSÃO:

¹ RE 105.137/RS.

² RE 227.755 AgR / CE

³ Alexandrino, 2017, p. 160.



Material: é o poder de determinar, eleger quais serão os valores a serem protegidos pela nova Constituição, que ainda será positivada. Ocorre no momento em que é tomada a decisão de constituir um novo Estado.

Formal: é o poder de atribuir juridicidade ao texto da Constituição, ocorrendo posteriormente ao momento material.

Poder constituinte derivado

- Características do Poder Constituinte Derivado:

Jurídico: é regulado pela Constituição.

Derivado: é fruto do poder constituinte originário.

Limitado (ou subordinado): é limitado juridicamente, pela própria Constituição, podendo incorrer em inconstitucionalidade caso a desrespeite.

Condicionado: a forma e limites de seu exercício é determinada pela Constituição.

- Tipos de Poder Constituinte Derivado: (i) reformador, (ii) decorrente e (iii) revisor.

Poder constituinte derivado reformador

Poder de modificar a Constituição.

No caso da República Federativa do Brasil, o procedimento de emenda à Constituição está previsto no art. 60 da CF/88 nos seguintes termos:

CF/88, art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.



§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Sobre o art. 60 da CF, o primeiro aspecto que vale tecer considerações é rol de legitimados a apresentar uma proposta de emenda constitucional (PEC) previsto nos incisos I a III acima, sendo importante destacar que:

- os Estados têm a prerrogativa de apresentar PEC, por meio de suas Assembleias Legislativas, conforme inciso III;
- os Municípios não têm a prerrogativa de apresentar PEC, inclusive não estão elencados no rol dos legitimados previsto nos incisos I a III do art. 60 da CF;
- se comparado aos legitimados a apresentar projetos de lei (art. 61, *caput*, da CF), o rol de legitimados a apresentar PEC é mais restrito. Vejamos o teor desse último dispositivo:

CF/88, art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Inclusive importa destacar que, ao passo que um deputado federal ou senador, sozinho, possui o poder de apresentar um projeto de lei, mas não de apresentar uma PEC: na verdade, uma proposta de emenda constitucional de iniciativa do Parlamento federal necessita de assinatura de pelo menos 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal (inciso I do art. 60 da CF).

- os cidadãos não têm a prerrogativa expressa de apresentar PEC, já que não estão elencados no rol dos legitimados previsto nos incisos I a III do art. 60 da CF. Entretanto, os cidadãos possuem a competência de iniciativa de lei, conforme o já transcrito art. 61, *caput*: com efeito, a forma como se dará a iniciativa popular está prevista no § 2º do art. 61 da CF, conforme a seguir:

CF/88, art. 61, § 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

- não há estabelecimento expresso de iniciativa privativa em razão da matéria versada pela PEC, ao contrário dos projetos de lei.

O segundo aspecto que vale tecer considerações em se tratando de art. 60 da CF são as limitações ao poder de reforma, quais sejam:

- a) limitações materiais: são aquelas que restringem o poder de reforma quanto ao conteúdo, sendo subdivididas em explícitas e implícitas.



a.1) Explícitas: são as expressamente previstas nos incisos I a IV do § 4º do art. 60, que estabelece o rol de matérias em que a PEC não poderá tender a abolir, não podendo sequer ser objeto de deliberação. Essas são as famosas cláusulas pétreas expressas.

a.2) Implícitas: são aquelas apontadas pela doutrina, embora não estejam previstas de forma expressa na CF. São elas: 1) titularidade do Poder Constituinte Originário (o povo); 2) titularidade do Poder Constituinte Derivado (o exercício do poder constituinte derivado reformador cabe ao Congresso Nacional – CF, art. 60, § 2º –, e o do poder constituinte derivado decorrente, às Assembleias Legislativas – ADCT, art. 2º); e 3) procedimento de reforma constitucional previsto na CF (tanto o de revisão constitucional previsto no ADCT, art. 3º, quanto o procedimento de emenda constitucional previsto no art. 60) – ou seja, não é possível alterar as limitações expressas, é dizer, realizar a dupla revisão da Constituição.

b) limitações formais (ou processuais): são aquelas que restringem o processo legislativo de aprovação da PEC, diferenciando-o do processo legislativo para a aprovação das leis em geral. São elas:

b.1) Iniciativa: como já foi dito, a legitimidade para apresentar uma PEC, prevista nos incisos I a III do art. 60 da CF, é bem mais restrita que a para apresentar uma lei. Cabendo frisar novamente sobre a iniciativa de PEC, a participação dos Estados e do DF, a ausência de participação dos municípios, ausência de iniciativa popular, a ausência de iniciativa privativa expressa, a ausência de previsão pela CF de Casa iniciadora obrigatória e a ausência de Casa revisora.

b.2) Deliberação: a PEC deve ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional em dois turnos, só sendo considerada aprovada mediante o voto de três quintos dos respectivos membros. Esse rito é bastante rígido se comparado àquele para aprovação das leis ordinárias, que dependem apenas de um único turno de discussão e votação, sendo aprovada por maioria simples.

b.3) Promulgação: a promulgação da emenda constitucional é realizada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem (CF, art. 60, § 3º). Ou seja, ao contrário do processo legislativo das leis, em que o Presidente da República possui a prerrogativa de sanção, veto e promulgação, a PEC aprovada não é submetida a sanção ou veto do Chefe do Poder Executivo, tampouco ele detém a competência para promulgá-la.

Ainda, a numeração das emendas constitucionais segue ordem própria, distinta daquela estabelecida para as leis.

b.4) Irrepetibilidade: a matéria constante de PEC rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá ser objeto de nova proposta em uma sessão legislativa ulterior, em razão do previsto no art. 60, § 5º.



Observe que, no caso das leis, desde que haja proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional, é possível que a matéria constante de projeto de lei rejeitado constitua objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, consoante art. 67 da CF, *in verbis*:

CF/88, art. 67. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Cuidado! No caso da PEC, a vedação é absoluta!

c) limitações circunstanciais: impedem que a Constituição seja reformada em situação de instabilidade política do Estado, sendo três as circunstâncias impeditivas, previstas no § 1º do art. 60 da CF: estado de sítio, estado de defesa e intervenção federal.

Por fim, cumpre destacar que não há previsão de limitações temporais para a reforma da CF/88, que consiste em fixar-se um prazo durante o qual fica vedada a alteração da Constituição.

Aprofundando um pouco sobre o processo legislativo das emendas constitucionais, cumpre destacar que:

a) as PECs podem ter sua tramitação iniciada em qualquer uma das Casas Legislativas, ao contrário das leis, que possuem previsão de Casa Iniciadora específica, a depender de quem detenha a iniciativa do projeto de lei;

b) não há previsão de que uma das Casas funcione como revisora no procedimento constitucional de emenda à CF: no processo legislativo para elaboração das leis, após a aprovação do projeto de lei na Casa iniciadora, seguirá para a Casa Revisora, que poderá aprová-lo, rejeitá-lo ou emendá-lo. Na primeira hipótese, o projeto é enviado para sanção ou veto do Chefe do Executivo. Na segunda hipótese, é arquivado. Na última hipótese, a emenda (somente o que foi alterado do projeto inicial), deve ser enviada para apreciação da Casa iniciadora que, se aceitá-la, enviará projeto para deliberação executiva. Por outro lado, se a Casa iniciadora rejeitar a emenda aprovada pela Casa revisora, o projeto, em sua versão original – que foi aprovada por aquela Casa – segue para a sanção ou veto do Chefe do Poder Executivo. Essa é a leitura dos arts. 65 e 66, *caput* e § 1º da CF:

CF/88, art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.



§ 1º - Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

Inclusive, em razão de a Casa iniciadora ter a prerrogativa de rejeitar a emenda aprovada pela Casa revisora, enviando o projeto de lei originalmente aprovado por ela mesma à deliberação executiva, é que se diz que há preponderância da Casa iniciadora sobre a revisora no processo legislativo para a elaboração das leis.

Entretanto, no caso das PECs, o processo legislativo é diferente em função da regra insculpida no art. 60, § 2º, que obriga que, o texto da proposta seja necessariamente aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional por 3/5 dos membros e em dois turnos. Assim, caso a segunda Casa altere a redação aprovada pela primeira, o texto da PEC terá que retornar a esta, para nova votação (3/5 dos membros + 2 turnos de votação) – exceto se trate de mera alteração de redação, que não interfira substancialmente na matéria. O STF entende que só é necessário o retorno do texto da PEC à Casa de origem caso seja realizada uma alteração substancial na redação⁴.

Poder constituinte derivado decorrente

Poder conferido pela Constituição Federal aos estados-membros (e ao DF) para se auto-organizarem por meio da elaboração das suas próprias constituições (no caso do DF, Lei Orgânica). Previsto no *caput* do art. 11 do ADCT:

CF/88, art. 11. Cada Assembléia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta.

Sobre os limites do poder constituinte decorrente, é importante destacar que o *caput* do art. 11 do ADCT *supra* impõe que haja observância dos princípios da CF (vide nosso destaque) para sua a manifestação, determinação que se repete no *caput* do art. 25 da Carta Magna, senão vejamos:

CF/88, art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

Tais “princípios da Constituição”, que limitam a manifestação do poder constituinte decorrente, devem ser compreendidos como os chamados⁵:

⁴ ADI 2.666/DF.

⁵ Bulos, Uadi Lammêgo, Constituição Federal Anotada, p. 506-509 *apud* Lenza, 2016, p. 227-228.



a) princípios constitucionais sensíveis: também chamados de “princípios apontados” ou “enumerados”, porque previstos expressamente na CF, especificamente no art. 34, inciso VII, alíneas “a-e”, nos seguintes termos:

*CF/88, art. 34, VII, a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;
b) direitos da pessoa humana;
c) autonomia municipal;
d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.
e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.*

b) princípios constitucionais estabelecidos (organizatórios): são aqueles que podem ser extraídos da interpretação de normas centrais dispersas na CF que tratam da repartição de competências, do sistema tributário nacional, da organização dos Poderes, dos direitos políticos, da nacionalidade, dos direitos e garantias individuais etc.

c) princípios constitucionais extensíveis: são aqueles que integram a estrutura da federação, estando relacionados com a forma de investidura em cargos eletivos, o processo legislativo, os orçamentos, preceitos ligados à Administração Pública etc.

- Os Municípios não são dotados de poder constituinte derivado decorrente.

Embora os Municípios tenham a prerrogativa de elaborar suas leis orgânicas como se fossem verdadeiras “Constituições Municipais”, o entendimento é que poder constituinte decorrente deve ser de segundo grau, ou seja, derivar diretamente da Constituição Federal.

Nesse sentido, como as leis orgânicas municipais se subordinam não somente à CF, mas também às Constituições estaduais, trata-se de um poder de terceiro grau.

Os Territórios Federais que eventualmente venham a ser criados também não são dotados de poder constituinte derivado decorrente, já que sequer possuem autonomia, sendo parte integrante da União, consoante art. 18, § 2º da CF:

CF/88, art. 18, § 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

Poder constituinte derivado revisor

Competência de revisão constitucional, mediante procedimento mais simplificado que o previsto para a aprovação das PECs, determinada pelo art. 3º do ADCT nos seguintes termos:

CF/88, art. 3º. A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.



A ideia da revisão era “atualizar e adequar a Constituição às realidades que a sociedade apontasse como necessárias”⁶, após 5 anos de sua promulgação, “não sendo mais possível nova manifestação do poder constituinte derivado revisor em razão da eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada da aludida regra”⁷.

⁶ Idem, p. 232.

⁷ Idem, p. 233.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (Instituto AOCP/2022/TRT 19ª Região/Analista Judiciário) A Constituição da República estabelece que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado (CF, art. 60, § 4º, I). De acordo com a doutrina, no que concerne às restrições impostas ao poder reformador, o citado dispositivo constitucional consagra uma limitação

- a) temporal.
- b) material.
- c) formal subjetiva.
- d) formal objetiva.
- e) circunstancial.

Comentários

Letra A – **incorreta**. Não há previsão de limitações temporais para a reforma da Constituição Federal que consiste em fixar-se um prazo durante o qual fica vedada a alteração da Constituição.

Letra B – **correta**. As limitações materiais são aquelas que restringem o poder de reforma quanto ao conteúdo, sendo explícita a que estabelece que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado, disposta no inciso I, § 4º, artigo 60 da Constituição Federal.



Letras C e D – **incorretas**. As limitações formais (ou processuais) são aquelas que restringem o processo legislativo de aprovação da Proposta de Emenda Constitucional, diferenciando-o do processo legislativo para a aprovação das leis em geral. São subjetivas quando se tratarem de iniciativa, e objetivas quando da deliberação.

Letra E – **incorreta**. As limitações circunstanciais impedem que a Constituição seja reformada em situação de instabilidade política do Estado, quais sejam o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal.

Gabarito: Letra B.

2. (Instituto AOCP/2024/SAP-SC/Agente de Segurança Socioeducativo) Em relação ao poder constituinte, assinale a alternativa correta.

- a) O poder constituinte originário gera e organiza os poderes do Estado, sendo anterior a toda norma e fundado em si mesmo.
- b) O fenômeno da revogação tácita corresponde a uma revalidação das normas que não desafiam materialmente a nova Constituição.
- c) O poder constituinte originário está sujeito a limitações de ordem temporal, circunstancial e material.
- d) O poder derivado ou de reforma tem relação com a possibilidade de alteração das constituições e não está sujeito a limites de forma ou de conteúdo.
- e) A repristinação ocorre quando uma lei deixa de operar em razão de ser materialmente incompatível com a nova Constituição.

Comentários

Letra A – **correta**. O poder constituinte originário é político, pois é um poder de fato, e não um poder de direito, sendo extrajurídico, anterior ao direito, porque cria o ordenamento jurídico do Estado; inicial, pois dá início a uma nova ordem jurídica, rompendo com a anterior, criando e inaugurando um novo Estado.

Letra B – **incorreta**. A revogação tácita não corresponde a uma revalidação das normas que não desafiam materialmente a nova Constituição, pois no caso de haver dispositivos materialmente incompatíveis com a entrada em vigor da nova Constituição, estes serão automaticamente revogados, e não revalidados.

Letra C – **incorreta**. O poder constituinte originário é ilimitado, pois não se submete a limites determinados pelo direito anterior. Ademais, não há previsão de limitações temporais para a



reforma da Constituição Federal, que consiste em fixar-se um prazo durante o qual fica vedada a alteração da Constituição.

Letra D – **incorreta**. O poder derivado ou de reforma tem relação com a possibilidade de alteração das constituições e está sujeito a limites, podendo incorrer em inconstitucionalidade caso as desrespeite.

Letra E – **incorreta**. A alternativa conceitua a revogação, não a repriminção, pois esta é restauração da vigência de uma norma em razão da perda de vigência da norma revogadora.

Gabarito: Letra A.

3. (Instituto AOCP/2024/UEAP/Analista Jurídico) Em relação ao Poder Constituinte e suas espécies, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O poder constituinte originário é caracterizado essencialmente pela sua ausência de vinculação a qualquer regra anterior, pela sua autonomia, pela sua incondicionalidade e por ser permanente.

b) O poder constituinte difuso é responsável pelas modificações expressas no texto constitucional através das Emendas Constitucionais.

c) No Brasil, o poder constituinte derivado decorrente é aquele atribuído aos Estados-membros, sendo instituído pelo poder constituinte originário, que permite a elaboração de Constituições Estaduais.

d) O poder constituinte derivado reformador é aquele que possui capacidade de modificar expressamente o texto constitucional, por um procedimento preordenado pelo poder constituinte originário.

e) O poder constituinte transnacional ou supranacional com a possibilidade de elaborar uma só Constituição aplicável para vários Estados decorre do processo de globalização.

Comentários

Letra A – **correta**. O poder constituinte originário é caracterizado por ser político, inicial, incondicionado, permanente, ilimitado.

Letra B – **incorreta**. O poder constituinte difuso, também chamado de mutação constitucional trata-se de processo informal de alteração da Constituição, a partir do qual se altera a norma, sem a necessária mudança do texto.



Letra C – **correta**. O poder constituinte derivado decorrente é conferido pela Constituição Federal aos estados-membros e ao Distrito Federal para se auto-organizarem por meio da elaboração das suas próprias constituições, e no caso do Distrito Federal, a Lei Orgânica.

Letra D – **correta**. O poder constituinte derivado reformador é o poder de modificar expressamente o texto constitucional. No caso da República Federativa do Brasil, o procedimento de emenda à Constituição está previsto no artigo 60.

Letra E – **correta**. O poder constituinte transnacional ou supranacional busca criar uma constituição calcada no compartilhamento da soberania dos Estados, com vistas ao estabelecimento de normas supranacionais ou universais. Assim, corresponde a um poder que objetiva a integração dos povos, de modo a instituir regramentos que ultrapassem as fronteiras de um Estado, estabelecendo uma comunidade de nações.

Gabarito: Letra B.

4. (Instituto AOCP/2022/PC-GO/Agente de Polícia) Depois de intensos debates, a Assembleia Legislativa do recém-criado Estado Beta aprovou a primeira Constituição do Estado. Nesse caso, é correto afirmar que a elaboração da Constituição dos Estados-Membros realiza-se pelo poder constituinte

- a) derivado decorrente.
- b) reformador.
- c) originário.
- d) revisor.
- e) difuso.

Comentários

A questão apresenta prerrogativa do Poder Constituinte Derivado Decorrente. Este é o Poder conferido pela Constituição Federal aos estados-membros (e ao DF) para se auto-organizarem por meio da elaboração das suas próprias constituições (no caso do DF, Lei Orgânica).

Gabarito: Letra A.



5. (Instituto AOCP/2022/PM-GO/Cadete) Sobre o direito constitucional, assinale a alternativa correta.

- a) O poder constituinte originário é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo por completo com a ordem jurídica precedente. Como característica pode ser apontado que o poder constituinte originário é inicial, autônomo e transitório.
- b) Normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas que têm aplicabilidade imediata, integral, plena, mas que podem ter reduzido seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional.
- c) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração da União.
- d) A competência privativa do Presidente da República para conceder indulto e comutar penas pode ser delegada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.
- e) No âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Procurador-Geral da República exercerá a função de Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Conselho.

Comentários

Vamos analisar as alternativas:

Letra a) **incorreta**. A alternativa erra ao afirmar que o poder constituinte originário é transitório, sendo que uma das características dele é ser permanente. São Características do poder constituinte originário:

Político: é um poder de fato, e não um poder de direito, sendo extrajurídico, anterior ao direito, justamente porque cria o ordenamento jurídico do Estado.

Inicial: dá início a uma nova ordem jurídica, rompendo com a anterior, criando e inaugurando um novo Estado.

Incondicionado: não se sujeita a qualquer forma ou procedimento predeterminado em sua manifestação, sendo soberano na tomada de suas decisões.

Permanente: pode se manifestar a qualquer tempo, não se esgotando com a elaboração da nova Constituição, podendo sempre ser invocado.

Ilimitado: não se submete a limites determinados pelo direito anterior. Em razão disso não há possibilidade de se invocar direito adquirido contra normas constitucionais originárias.



Letra b) **incorreta**. As normas de eficácia limitada são aquelas que não estão aptas a produzir seus plenos efeitos, porque dependem de regulamentação futura para tanto (ou seja, a regulamentação amplia o alcance da norma constitucional) – diz-se, por isso, que possuem **eficácia mínima**. Características: são **não-autoaplicáveis** e possuem aplicabilidade **indireta, mediata** (ou **diferida**) e **reduzida**.

Letra c) **incorreta**. A competência privativa do Presidente da República abrange a organização administrativa e judiciária dos Territórios, conforme inciso II, "b", do § 1º, artigo 61 da Constituição Federal.

Art. 61, § 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

(...)

*b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos **Territórios**;*

Letra d) **correta**. A alternativa está de acordo com o previsto no artigo 84 da Constituição Federal.

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

(...)

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Letra e) **incorreta**. A função de Ministro-Corregedor no Conselho Nacional de Justiça é ocupada pelo Ministro do STJ, conforme previsto no Art. 103-B, da Constituição Federal.

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:



(...)

§ 5º O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes:

Gabarito: Letra D.

6. (Instituto AOCP/2024/MPE-PR/Oficial de Promotoria) O Poder Constituinte Derivado é aquele responsável por realizar alterações no texto constitucional, seguindo as regras instituídas pelo Poder Constituinte Originário. Quanto aos limites aplicáveis ao Poder Constituinte Derivado, assinale a alternativa correta.

- a) O Poder Constituinte Derivado deve obediência aos limites circunstanciais.
- b) Os limites temporais não devem ser obedecidos pelo Poder Constituinte Derivado.
- c) O Poder Constituinte Derivado deve obediência apenas aos limites formais, considerando que a Constituição deve ser frequentemente atualizada.
- d) Considerando que existe para alterar o texto constitucional, o Poder Constituinte Derivado é autônomo.
- e) O Poder Constituinte Derivado deve obediência aos limites materiais, porém não precisa respeitar os limites formais.

Comentários

Letra A – **correta**. O Poder Constituinte Derivado deve obediência aos limites circunstanciais, pois estes impedem que a Constituição seja reformada em situação de instabilidade política do Estado, quais sejam, estado de sítio, estado de defesa e intervenção federal.

Letra B – **incorreta**. Não há previsão de limitações temporais para a reforma da Constituição Federal, que consiste em fixar-se um prazo durante o qual fica vedada a alteração da Constituição.

Letras C e E – **incorretas**. O Poder Constituinte Derivado deve obediência às limitações materiais, limitações formais (ou processuais) e limitações circunstanciais.



Letra D – **incorreta**. O Poder Constituinte Derivado é limitado (ou subordinado), não autônomo, pois é limitado juridicamente, pela própria Constituição, podendo incorrer em inconstitucionalidade caso a desrespeite.

Gabarito: Letra A.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. De acordo com Emmanuel Sieyes, qual a diferença entre poder constituinte e poderes constituídos?
2. A teoria do poder constituinte se aplica a qualquer Estado?
3. Quem é o titular do Poder Constituinte, de acordo com Sieyes? E de acordo com o entendimento moderno da teoria do Poder Constituinte?
4. Quais são as formas de exercício do Poder Constituinte?
5. Quais são as características do Poder Constituinte Originário?
6. Quais são as classificações do Poder Constituinte Originário?
7. Quais são as características do Poder Constituinte Derivado?
8. Quais são os tipos de Poder Constituinte Derivado?
9. Os Municípios são dotados de poder constituinte derivado decorrente? E os Territórios Federais?

Perguntas com respostas

1. De acordo com Emmanuel Sieyes, qual a diferença entre poder constituinte e poderes constituídos?

O poder constituinte, como o próprio nome diz, constitui, cria a Constituição. Já os poderes constituídos são aqueles estabelecidos pela Constituição, resultantes de sua criação.

2. A teoria do poder constituinte se aplica a qualquer Estado?

Não, somente aos Estados com Constituição escrita e rígida.

3. Quem é o titular do Poder Constituinte, de acordo com Sieyes? E de acordo com o entendimento moderno da teoria do Poder Constituinte?

Para Sieyes, a titularidade do poder constituinte seria da nação, mas o entendimento moderno e atual da teoria é de que sua titularidade é sempre do povo, mesmo nos casos em que o exercício do poder constituinte não seja democrático.

*Aprofundando um pouco esse ponto, corroborando com o fato de que a titularidade do poder constituinte é do povo, o parágrafo único do art. 1º da CF expressamente dispõe que “todo o poder emana do povo”, conforme se segue:



Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

4. Quais são as formas de exercício do Poder Constituinte?

Democrática (ou por convenção) – quando se dá pelo povo. Pode ocorrer diretamente, quando o povo participa diretamente da elaboração da Constituição (por meio de plebiscito, referendo ou proposta de criação de algum dispositivo constitucional), ou indiretamente, por meio de representantes eleitos pelo povo reunidos em Assembleia Constituinte.

Autocrática (ou por outorga) – quando se dá pela ação de ditadores ou grupos que conquistam o poder autocraticamente.

5. Quais são as características do Poder Constituinte Originário?

O poder constituinte originário é:

Político: é um poder de fato, e não um poder de direito, sendo extrajurídico, anterior ao direito, justamente porque cria o ordenamento jurídico do Estado.

Inicial: dá início a uma nova ordem jurídica, rompendo com a anterior, criando e inaugurando um novo Estado.

Incondicionado: não se sujeita a qualquer forma ou procedimento predeterminado em sua manifestação, sendo soberano na tomada de suas decisões.

Permanente: pode se manifestar a qualquer tempo, não se esgotando com a elaboração da nova Constituição, podendo sempre ser invocado.

Ilimitado: não se submete a limites determinados pelo direito anterior. Em razão disso não há possibilidade de se invocar direito adquirido contra normas constitucionais originárias.

Aprofundando um pouco esse ponto, é importante destacar que a proteção ao direito adquirido previsto na CF diz respeito somente às leis, conforme disposto no inciso XXXVI do art. 5º, *in verbis*:

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

Importa mencionar que, além de não se poder invocar direito adquirido em face das normas constitucionais originárias, também não se pode invocar direito adquirido em face de mudança



do padrão monetário¹, alterações em determinado regime jurídico estatutário² e criação ou aumento de tributos³.

Autônomo: tem autonomia, liberdade para definir o conteúdo da nova Constituição.

6. Quais são as classificações do Poder Constituinte Originário?

QUANTO AO MOMENTO DE SUA CRIAÇÃO:

Histórico (fundacional): quando cria a primeira Constituição de um Estado.

Pós-fundacional (revolucionário): quando cria uma nova Constituição em substituição a anterior.

QUANTO À DIMENSÃO:

Material: é o poder de determinar, eleger quais serão os valores a serem protegidos pela nova Constituição, que ainda será positivada. Ocorre no momento em que é tomada a decisão de constituir um novo Estado.

Formal: é o poder de atribuir juridicidade ao texto da Constituição, ocorrendo posteriormente ao momento material.

7. Quais são as características do Poder Constituinte Derivado?

O poder constituinte derivado é:

Jurídico: é regulado pela Constituição.

Derivado: é fruto do poder constituinte originário.

Limitado (ou subordinado): é limitado juridicamente, pela própria Constituição, podendo incorrer em inconstitucionalidade caso a desrespeite.

Condicionado: a forma e limites de seu exercício é determinada pela Constituição.

8. Quais são os tipos de Poder Constituinte Derivado?

A) Poder constituinte derivado reformador: poder de modificar a Constituição. No caso da República Federativa do Brasil, o procedimento de emenda à Constituição está previsto no art. 60 da CF nos seguintes termos:

¹ RE 105.137/RS.

² RE 227.755 AgR / CE

³ Alexandrino, 2017, p. 160.



Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Sobre o art. 60 da CF, o primeiro aspecto que vale tecer considerações é rol de legitimados a apresentar uma proposta de emenda constitucional (PEC) previsto nos incisos I a III acima, sendo importante destacar que:

- os Estados têm a prerrogativa de apresentar PEC, por meio de suas Assembleias Legislativas, conforme inciso III;
- os Municípios não têm a prerrogativa de apresentar PEC, inclusive não estão elencados no rol dos legitimados previsto nos incisos I a III do art. 60 da CF;
- se comparado aos legitimados a apresentar projetos de lei (art. 61, *caput*, da CF), o rol de legitimados a apresentar PEC é mais restrito. Vejamos o teor desse último dispositivo:



Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Inclusive importa destacar que, ao passo que um deputado federal ou senador, sozinho, possui o poder de apresentar um projeto de lei, mas não de apresentar uma PEC: na verdade, uma proposta de emenda constitucional de iniciativa do Parlamento federal necessita de assinatura de pelo menos 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal (inciso I do art. 60 da CF).

- os cidadãos não têm a prerrogativa expressa de apresentar PEC, já que não estão elencados no rol dos legitimados previsto nos incisos I a III do art. 60 da CF. Entretanto, os cidadãos possuem a competência de iniciativa de lei, conforme o já transcrito art. 61, *caput*: com efeito, a forma como se dará a iniciativa popular está prevista no § 2º do art. 61 da CF, conforme a seguir:

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

- não há estabelecimento expresso de iniciativa privativa em razão da matéria versada pela PEC, ao contrário dos projetos de lei.

O segundo aspecto que vale tecer considerações em se tratando de art. 60 da CF são as limitações ao poder de reforma, quais sejam:

a) limitações materiais: são aquelas que restringem o poder de reforma quanto ao conteúdo, sendo subdividas em explícitas e implícitas.

a.1) Explícitas: são as expressamente previstas nos incisos I a IV do § 4º do art. 60, que estabelece o rol de matérias em que a PEC não poderá tender a abolir, não podendo sequer ser objeto de deliberação. Essas são as famosas cláusulas pétreas expressas.

a.2) Implícitas: são aquelas apontadas pela doutrina, embora não estejam previstas de forma expressa na CF. São elas: 1) titularidade do Poder Constituinte Originário (o povo); 2) titularidade do Poder Constituinte Derivado (o exercício do poder constituinte derivado reformador cabe ao Congresso Nacional – CF, art. 60, § 2º –, e o do poder constituinte derivado decorrente, às Assembleias Legislativas – ADCT, art. 2º); e 3) procedimento de reforma constitucional previsto na CF (tanto o de revisão constitucional previsto no ADCT, art. 3º, quanto o procedimento de emenda constitucional previsto no art. 60) – ou seja, não é possível alterar as limitações expressas, é dizer, realizar a dupla revisão da Constituição.



b) limitações formais (ou processuais): são aquelas que restringem o processo legislativo de aprovação da PEC, diferenciando-o do processo legislativo para a aprovação das leis em geral. São elas:

b.1) Iniciativa: como já foi dito, a legitimidade para apresentar uma PEC, prevista nos incisos I a III do art. 60 da CF, é bem mais restrita que a para apresentar uma lei. Cabendo frisar novamente sobre a iniciativa de PEC, a participação dos Estados e do DF, a ausência de participação dos municípios, ausência de iniciativa popular, a ausência de iniciativa privativa expressa, a ausência de previsão pela CF de Casa iniciadora obrigatória e a ausência de Casa revisora.

b.2) Deliberação: a PEC deve ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional em dois turnos, só sendo considerada aprovada mediante o voto de três quintos dos respectivos membros. Esse rito é bastante rígido se comparado àquele para aprovação das leis ordinárias, que dependem apenas de um único turno de discussão e votação, sendo aprovada por maioria simples.

b.3) Promulgação: a promulgação da emenda constitucional é realizada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem (CF, art. 60, § 3º). Ou seja, ao contrário do processo legislativo das leis, em que o Presidente da República possui a prerrogativa de sanção, veto e promulgação, a PEC aprovada não é submetida a sanção ou veto do Chefe do Poder Executivo, tampouco ele detém a competência para promulgá-la.

Ainda, a numeração das emendas constitucionais segue ordem própria, distinta daquela estabelecida para as leis.

b.4) Irrepetibilidade: a matéria constante de PEC rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá ser objeto de nova proposta em uma sessão legislativa ulterior, em razão do previsto no art. 60º, § 5º.

Observe que, no caso das leis, desde que haja proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional, é possível que a matéria constante de projeto de lei rejeitado constitua objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, consoante art. 67 da CF, *in verbis*:

Art. 67. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Cuidado! No caso da PEC, a vedação é absoluta!

c) limitações circunstanciais: impedem que a Constituição seja reformada em situação de instabilidade política do Estado, sendo três as circunstâncias impeditivas, previstas no § 1º do art. 60 da CF: estado de sítio, estado de defesa e intervenção federal.



Por fim, cumpre destacar que não há previsão de limitações temporais para a reforma da CF/88, que consiste em fixar-se um prazo durante o qual fica vedada a alteração da Constituição.

Aprofundando um pouco sobre o processo legislativo das emendas constitucionais, cumpre destacar que:

a) as PECs podem ter sua tramitação iniciada em qualquer uma das Casas Legislativas, ao contrário das leis, que possuem previsão de Casa Iniciadora específica, a depender de quem detenha a iniciativa do projeto de lei;

b) não há previsão de que uma das Casas funcione como revisora no procedimento constitucional de emenda à CF: no processo legislativo para elaboração das leis, após a aprovação do projeto de lei na Casa iniciadora, seguirá para a Casa Revisora, que poderá aprová-lo, rejeitá-lo ou emendá-lo. Na primeira hipótese, o projeto é enviado para sanção ou veto do Chefe do Executivo. Na segunda hipótese, é arquivado. Na última hipótese, a emenda (somente o que foi alterado do projeto inicial), deve ser enviada para apreciação da Casa iniciadora que, se aceitá-la, enviará projeto para deliberação executiva. Por outro lado, se a Casa iniciadora rejeitar a emenda aprovada pela Casa revisora, o projeto, em sua versão original – que foi aprovada por aquela Casa – segue para a sanção ou veto do Chefe do Poder Executivo. Essa é a leitura dos arts. 65 e 66, *caput* e § 1º da CF:

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º - Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

Inclusive, em razão de a Casa iniciadora ter a prerrogativa de rejeitar a emenda aprovada pela Casa revisora, enviando o projeto de lei originalmente aprovado por ela mesma à deliberação executiva, é que se diz que há preponderância da Casa iniciadora sobre a revisora no processo legislativo para a elaboração das leis.

Entretanto, no caso das PECs, o processo legislativo é diferente em função da regra insculpida no art. 60, § 2º, que obriga que, o texto da proposta seja necessariamente aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional por 3/5 dos membros e em dois turnos. Assim, caso a segunda Casa altere a redação aprovada pela primeira, o texto da PEC terá que retornar a esta, para nova



votação (3/5 dos membros + 2 turnos de votação) – exceto se trate de mera alteração de redação, que não interfira substancialmente na matéria. O STF entende que só é necessário o retorno do texto da PEC à Casa de origem caso seja realizada uma alteração substancial na redação⁴.

B) Poder constituinte derivado decorrente: poder conferido pela Constituição Federal aos estados-membros (e ao DF) para se auto-organizarem por meio da elaboração das suas próprias constituições (no caso do DF, Lei Orgânica). Previsto no *caput* do art. 11 do ADCT:

Art. 11. Cada Assembléia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta.

Sobre os limites do poder constituinte decorrente, é importante destacar que o *caput* do art. 11 do ADCT *supra* impõe que haja observância dos princípios da CF (vide nosso destaque) para sua manifestação, determinação que se repete no *caput* do art. 25 da Carta Magna, senão vejamos:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

Tais “princípios da Constituição”, que limitam a manifestação do poder constituinte decorrente, devem ser compreendidos como os chamados⁵:

- princípios constitucionais sensíveis: também chamados de “princípios apontados” ou “enumerados”, porque previstos expressamente na CF, especificamente no art. 34, inciso VII, alíneas “a-e”, nos seguintes termos:

- a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;*
- b) direitos da pessoa humana;*
- c) autonomia municipal;*
- d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.*

- princípios constitucionais estabelecidos (organizatórios): são aqueles que podem ser extraídos da interpretação de normas centrais dispersas na CF que tratam da repartição de competências, do sistema tributário nacional, da organização dos Poderes, dos direitos políticos, da nacionalidade, dos direitos e garantias individuais etc.

⁴ ADI 2.666/DF.

⁵ Bulos, Uadi Lammêgo, Constituição Federal Anotada, p. 506-509 *apud* Lenza, 2016, p. 227-228.



- princípios constitucionais extensíveis: são aqueles que integram a estrutura da federação, estando relacionados com a forma de investidura em cargos eletivos, o processo legislativo, os orçamentos, preceitos ligados à Administração Pública etc.

C) Poder constituinte derivado revisor: competência de revisão constitucional, mediante procedimento mais simplificado que o previsto para a aprovação das PECs, determinada pelo art. 3º do ADCT nos seguintes termos:

Art. 3º. A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.

A ideia da revisão era “atualizar e adequar a Constituição às realidades que a sociedade apontasse como necessárias”⁶, após 5 anos de sua promulgação, “não sendo mais possível nova manifestação do poder constituinte derivado revisor em razão da eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada da aludida regra”⁷.

9. Os Municípios são dotados de poder constituinte derivado decorrente? E os Territórios Federais?

Não, embora os Municípios tenham a prerrogativa de elaborar suas leis orgânicas como se fossem verdadeiras “Constituições Municipais”, o entendimento é que poder constituinte decorrente deve ser de segundo grau, ou seja, derivar diretamente da Constituição Federal. Nesse sentido, como as leis orgânicas municipais se subordinam não somente à CF, mas também às Constituições estaduais, trata-se de um poder de terceiro grau.

Os Territórios Federais que eventualmente venham a ser criados também não são dotados de poder constituinte derivado decorrente, já que sequer possuem autonomia, sendo parte integrante da União, consoante art. 18, § 2º da CF:

§ 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

...

⁶ Idem, p. 232.

⁷ Idem, p. 233.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.